

ENSAIO E CRÍTICA

Dez perguntas para pensar

Da pena de morte à transparência do judiciário, passando pelo liberalismo eleitoral e pela negação da Justiça no Direito Público — questões que levam à reflexão.

Sídnei Agostinho Beneti

1ª) Pena de morte — Fala-se que a pena de morte será implantada se houver plebiscito. Mas no plebiscito o povo terá votado mesmo a favor da pena de morte, ou contra o fraco sistema atual de penas e de perseguição penal, que produz acintosa imagem de impunidade, amedronta vítimas e revolta pessoas de bem?

2ª) Direito penal dos pobres — A quem aproveitam o sociologismo improvisado e o pietismo penal barato? O pretexto de proteção aos pobres, que sempre continuam sofrendo repressão à margem da lei, não mascara, isto sim, a garantia de impunidade aos ricos e poderosos, que, pagando bons advogados, se aproveitam das sendas farisaicamente abertas sob invocação dos desfavorecidos? E estes, pela impunidade daqueles, não resultam mais ainda desprotegidos?

3ª) “Interlocutorização” das sentenças — A veneração ao duplo grau de jurisdição incondicionado não estará transformando as sentenças de 1ª Instância em meras decisões interlocutórias? Uma espécie de despacho saneador, proferido apenas como sinal para passar adiante no procedimento? O recurso aberto e sistemático no criminal e em questões cíveis, como as referentes a locações e a débitos fazendários, não estará fazendo, do Acórdão, sentença e, dos Tribunais, cada vez maiores, Juízos de 1º grau?

4ª) Liberalismo eleitoral — O desfile de condenados polimorfos, entre os candidatos a cargos eletivos, desmoralizando a classe política e escarnecendo da decisão judicial, não faz pensar no sistema, não tão remoto, de produção da inelegibilidade diante da só preclusão do recebimento da denúncia referente a crimes graves?

5ª) Execução cível da multa criminal — Quem já viu uma execução cível de multa aplicada ao crime? Se as multas em regra são fixadas em quantias mínimas e se os valores mínimos são incobráveis, não será mera bacharelada a apenação?

6ª) Negação de Justiça no Direito Público — Responda quem souber: onde está escrito um texto legal estabelecendo a imensa amplitude dos institutos do mérito do ato administrativo e do “interna corporis” no Brasil? Quem é responsável pela desproteção do Direito individual contra atos praticados com base nesses sumidouros de Justiça? É a doutrina especializada, que importou os conceitos, ampliados pelos Estados europeus fortes de determinada época histórica, ou é jurisprudência, naturalmente mais confortada em não enfrentar, pelo mérito, questões difí-

ceis, graves, e de potencial confronto com agentes públicos poderosos?

7ª) Comunicações por Oficiais de Justiça — Que sistema procedimental bizarro é este, que obriga ao uso de Oficial de Justiça para simples entrega de papéis, em que o ótimo Correio atual é especializado em realizar, há décadas, na Justiça do Trabalho? E em que, no criminal, não se usa a incontornável intimação do Advogado por publicação na Imprensa Oficial, eficaz, também há décadas, no cível? Com sinceridade: é, realmente, mais rápida e segura a realização de intimações pessoais por Oficial de Justiça? E, mesmo, a citação? Quem se beneficia do sistema em uso? A realização da Justiça ou a perenização da chicana e da fraude?

8ª) Multa cumulativa — Qual o sentido da multa criminal aplicada juntamente com outra pena? A doutrina diz que a multa é imposta ao criminoso patrimonial, para reforçar a punição à cobiça. Mas é justo falar em motivação de cobiça no cometimento do delito patrimonial miserável e bruto que em regra diariamente desfila perante a jurisdição criminal no país? A supressão dessa multa cumulativa não aliviaria a imensa carga de execuções inúteis que atulham os Cartórios das Varas de Execuções Criminais? E não seria melhor que essas Varas cuidassem de seres humanos, os presos, em vez de movimentar multidões de papéis vadios que não levam a nenhum resultado?

9ª) Funcionamento da Justiça — Propaga-se que o Judiciário não anda. Mas, afinal de contas, quem expediu os célebres 40.000, ou 60.000, ou tantos mil que sejam de mandados de prisão que estão para serem cumpridos pela Polícia? E os outros tantos milhares pelos quais os estabelecimentos penais estão cheios de presos?

10ª) Participação e transparência no Judiciário — Não será a Magistratura o organismo profissional mais transparente e participativo entre todos os que atuam no mecanismo de Justiça? Onde, órgãos de classe de Advogados, Ministério Público e Polícia, se abrem tantas oportunidades à profícua participação externa? Imagina-se a participação institucional de Juízes como examinadores de Exames de Ordem para a Advocacia? Como futuros ocupantes obrigatórios de postos no Conselho Federal, nas Seções e Subseções da Ordem dos Advogados? Nas Procuradorias de Justiça e Procuradoria da República, juntamente com Delegados de Polícia e Advogados? Onde, além do Judiciário, há frações de participação efetiva reservadas a integrantes de quadros não profissionais de carreira?